

TRATAMENTO DAS ENTREVISTAS DE HISTÓRIA ORAL NO CPDOC*

Verena Alberti**

CPDOC-FGV

O Programa de História Oral (PHO) do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas foi criado há 30 anos, em 1975. Ao longo desses anos, produziu um acervo de mais de 1.300 entrevistas gravadas, que correspondem a mais de 4.700 horas de gravação. As formas de tratamento das entrevistas foram se modificando em função do volume do acervo, das demandas externas e das condições de produção dos depoimentos. Boa parte do acervo encontra-se hoje aberta à consulta, e as informações sobre as entrevistas estão disponíveis no Portal do CPDOC (www.cpdoc.fgv.br). O objetivo desse trabalho é apresentar a experiência e a prática do Programa de História Oral do CPDOC no que diz respeito ao tratamento das fontes orais, atentando também para as dificuldades que enfrentamos para cuidar de sua preservação e do acesso a elas.

Breve histórico do acervo do Programa de História Oral do CPDOC¹

As primeiras entrevistas do Programa de História Oral do CPDOC começaram a ser realizadas em 1975, seguindo em grande parte as orientações do I Curso Nacional de História Oral, organizado pelo Subgrupo de História Oral do Grupo de Documentação em Ciências Sociais (GDSCS), que havia sido formado em dezembro do ano anterior por representantes da Biblioteca Nacional, do Arquivo Nacional, da Fundação Getúlio Vargas e do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação. Os professores convidados eram George P. Browne, do Departamento de História da Seton Hall University, Nova Jersey; James e Edna Wilkie, do Latin American Center da Universidade de Califórnia, e Eugenia Meyer, do

* Trabalho apresentado à Mesa II “Perspectivas e desafios no tratamento dos documentos orais” do I Encontro de Documentação Oral do Mercosul, realizado durante o VI Congresso de Arquivologia do Mercosul, em Campos do Jordão (SP), de 17 a 20 de outubro de 2005.

** Historiadora, mestre em Antropologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS), Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, e doutora em Teoria da Literatura pela Universidade de Siegen (Alemanha). Coordenadora do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro. Autora de *Manual de história oral* (Rio, Editora FGV, 2004) e *Ouvir contar: textos em história oral* (Rio, Editora FGV, 2004). Foi presidente da Associação Brasileira de História Oral (ABHO) entre 2002 e 2004.

¹ A esse respeito, ver também Alberti, 1998.

Instituto Nacional de Antropologia do México.² Esse início garantiu ao PHO uma certa uniformidade nas atividades de realização e tratamento das entrevistas. Desde o começo, o tratamento incluía a duplicação da gravação, para a formação do acervo de segurança; a passagem da entrevista para a forma escrita – na qual se sucediam as etapas de transcrição, conferência de fidelidade da transcrição, copidesque e leitura final; a elaboração instrumentos de auxílio à pesquisa – como o sumário e os índices temático e onomástico – e, finalmente, a liberação para consulta, com a elaboração de ficha técnica, folha de rosto e ficha catalográfica.

Com o passar dos anos, as mudanças na forma de constituição do acervo, a redução da equipe e as possibilidades engendradas pela informática acabaram levando a transformações importantes. No que diz respeito à constituição do acervo, chama atenção a variedade de projetos que dão origem, hoje, às entrevistas. Os primeiros dez anos de existência do PHO do CPDOC foram marcados pelo desenvolvimento do projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras de 1930 até os dias de hoje”, que objetivava examinar o processo de montagem do Estado brasileiro, como forma, inclusive, de compreender como se chegara ao regime militar então vigente.³ Com o tempo formaram-se, no interior desse projeto, eixos temáticos que abarcavam grupos regionais (políticos da Paraíba e do Rio Grande do Sul, por exemplo) e de acordo com sua atuação: militares, diplomatas, tecnocratas, intelectuais etc. No final dos anos 80 e mais claramente a partir de meados dos anos 90, o acervo do PHO passou a ser enriquecido com entrevistas de projetos de duração limitada, muitas vezes resultados de convênios e parcerias, como os que se voltaram para a formação de instituições do Estado (Petrobrás, Eletrobrás, Banco Central do Brasil, BNDES, Inmetro, Ipea), para a constituição de entidades de ensino público e privado (Impa, Capes, Ebape, universidades privadas), ou para campos específicos, como a atividade de seguros, o urbanismo e a ação de organismos governamentais e não governamentais nas favelas – para citar apenas algumas das frentes abertas. Atualmente 55 projetos que geraram e geram entrevistas de história oral estão cadastrados na base de dados do PHO, número que aumenta expressivamente a cada ano. Nesse novo cenário, são raras as entrevistas realizadas exclusivamente no contexto do projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas”, ainda que a maioria dos novos projetos tenha muita relação com a temática inicial.

² Sobre esse curso, ver Ferreira, 1996, e Alberti, 2005.

³ Paralelamente ao projeto “Trajetória e desempenho das elites políticas brasileiras”, Simon Schwartzman desenvolveu, entre 1975 e 1978, a pesquisa “História da ciência no Brasil”, que resultou em mais de 70 entrevistas com cientistas brasileiros de várias gerações, sobre sua vida profissional e a natureza da atividade científica no Brasil e no mundo.

A equipe que produz e processa essas entrevistas também não é mais aquele grupo de cerca de seis pesquisadores permanentes que havia no início do PHO, todos cuidando das várias atividades envolvidas na constituição e na divulgação do acervo. Hoje cada projeto está a cargo de um ou mais pesquisadores do CPDOC, que desempenham outras atividades concomitantes, e não raro tarefas como a conferência de fidelidade e a elaboração de sumário são feitas por auxiliares temporários, não especializados na metodologia da história oral.

O PHO teve, pois, de se ajustar aos novos tempos, mas podemos dizer que as bases lançadas em 1975 permanecem, orientando sua prática até hoje. As unidades do acervo continuam sendo as entrevistas, agora necessariamente atreladas a seus projetos; as informações sobre cada entrevista disponibilizada ao público são as mesmas que eram apresentadas no primeiro catálogo do PHO publicado em 1981, e, ainda que não passemos mais todas as entrevistas para a forma escrita, o sumário e o índice temático são produzidos para todos os depoimentos liberados à consulta.

Outra transformação importante decorreu da necessidade de estabelecermos mecanismos eficazes de controle das entrevistas gravadas, tendo em vista o volume do acervo produzido ao longo desses 30 anos. Nos últimos quatro anos foram realizadas em média mais de 60 entrevistas por ano, que correspondem a uma média também anual de mais de 140 horas gravadas. Para dar conta das entrevistas já realizadas e das que são gravadas nos diferentes projetos desenvolvidos pelo Centro, foi necessária a constituição de uma base de dados bastante complexa, capaz de abarcar praticamente todas as variáveis envolvidas no trabalho com a história oral do CPDOC. Esse instrumento de gestão do acervo de entrevistas foi concebido e desenvolvido internamente e conta com o suporte técnico da Divisão de Tecnologia da Informação da Fundação Getúlio Vargas. Através dele podemos gerar catálogos de depoimentos e uma série de relatórios úteis para o planejamento de nossas atividades. Por exemplo, responder a perguntas do tipo: quais entrevistas ainda não estão liberadas para consulta e por quê?, quais entrevistas não têm carta de cessão?, quais entrevistas foram realizadas no contexto do projeto x?, quais entrevistas abordam o tema y? Se compararmos essa agilidade com o tempo das fichas de cartolina e das listas sempre emendadas à mão, não podemos deixar de considerar que avançamos bastante.⁴

⁴ Sobre a base de dados, ver Alberti, 2004, capítulo 8.

Alguns problemas

Restam, porém, alguns problemas, que parecem ser típicos de programas de história oral. Dois deles são antigos e acompanham a trajetória do PHO desde o início: a dificuldade de liberar entrevistas no mesmo ritmo em que elas são gravadas e as restrições, ou mesmo proibições, impostas pelo entrevistado para a abertura de seu depoimento à consulta. O resultado disso é que há sempre uma grande defasagem entre o número de entrevistas realizadas e o número de entrevistas abertas. No caso do CPDOC essa defasagem é muito grande: 36% do volume do acervo permanecem fechados à consulta, seja porque não foi tratado ainda, seja porque as entrevistas não têm carta de cessão (cerca de 15% do total de horas gravadas).⁵ Por isso temos a sensação de estarmos sempre “correndo atrás” para cumprir o percurso que permite a socialização do nosso acervo.

Outro problema diz respeito à tecnologia de gravação. Quando o PHO foi criado, fazia as gravações em fita rolo (transformadas no acervo de segurança) e cassete (transformadas no acervo para uso e consulta). Hoje é necessário estar permanentemente atento às tecnologias de gravação, dado o perigo de se tornarem obsoletas e não permitirem mais a audição do que foi gravado. Entrevistas em áudio ou em vídeo não podem ser consultadas prescindindo-se de um equipamento de “leitura”. Por isso, mesmo que as fitas de rolo do nosso acervo estejam em perfeito estado de conservação, em breve não poderemos mais ouvi-las, pois faltarão gravadores de rolo no mercado. Isso significa que temos de migrar as gravações para um formato digital suficientemente seguro – ou seja, largamente utilizado e passível de ser migrado para outro formato antes de se tornar ele mesmo obsoleto. Além disso, é preciso estar atento para o formato e a tecnologia de gravação a serem empregados na produção de novas entrevistas: gravação em disco rígido no formato wave e mp3?, gravação em minidisc?, cópia em CD?, ou em DVD? Os conhecimentos que devem ter os gestores de programas de história oral estão muito mais complexos do que há 30 anos, quando se tinha certeza de que as fitas magnéticas, se bem cuidadas, poderiam durar muito tempo.⁶

A prática do PHO do CPDOC

Começamos pelo percurso atual de uma entrevista no CPDOC. Tão logo é gravada (mesmo que seja apenas a primeira sessão), o técnico de som providencia a duplicação da

⁵ Esse cálculo é feito sobre o número de horas gravadas (chamadas aqui de “volume do acervo”). Quando se calcula sobre o número de entrevistas, a defasagem aumenta muito: 47% das entrevistas ainda permanecem fechadas à consulta; 24% porque não têm carta de cessão.

⁶ Sobre a tecnologia de gravação e o equipamento em projetos de história oral, ver Alberti, 2004, capítulo 3.

gravação (em áudio e vídeo, se for o caso) e é criado um registro na base de dados contendo os elementos já conhecidos: título da entrevista, nome dos entrevistadores, projeto, local, data, duração e suporte(s) de gravação (fita cassete, fita rolo, CD, vídeo VHS, vídeo digital, minidisc...). Solicita-se ao entrevistador que preencha um relatório fornecendo as seguintes informações: razões da escolha do entrevistado e objetivo da entrevista, dados biográficos e cadastrais do entrevistado, tipo de entrevista, responsáveis pelo levantamento de dados e roteiro, dados sobre o projeto, observações sobre o andamento da entrevista – uma espécie de caderno de campo, onde são registrados dados do tipo: forma de contato com o entrevistado, outras pessoas presentes à entrevista, objeções do entrevistado à carta de cessão, interrupções prolongadas entre uma sessão e outra, mudanças de local de entrevista etc. O entrevistador também fica responsável pela obtenção da carta de cessão, que é entregue ao PHO juntamente com o relatório, depois do encerramento da entrevista. Nesse momento, temos condição de acrescentar ao registro da base de dados as informações extraídas do relatório e a data de assinatura da carta de cessão, que é devidamente arquivada.

Dependendo do projeto, a entrevista deverá ser transcrita, o que é feito por prestador de serviço. A transcrição é guardada como arquivo digital e é enviada para o pesquisador-entrevistador, que lhe dará o encaminhamento necessário: conferência de fidelidade (incluindo notas), copidesque e elaboração de sumário. Na base de dados, são inseridos os nomes dos responsáveis por cada uma dessas tarefas, os quais aparecem posteriormente na ficha técnica da entrevista, conforme o padrão instituído em 1975, na implantação do programa. Quando a entrevista retorna ao PHO, elaboramos seu índice temático com base no sumário e arquivamos o texto em sua versão final. Os dados inseridos na base permitem gerar o relatório de liberação da entrevista, que traz a folha de rosto (com as normas de citação), a ficha técnica e o sumário. A esse relatório acrescentamos o texto em sua versão final, e o conjunto é disponibilizado no Portal do CPDOC para *download*.

Quando todo esse percurso é realizado a contento, podemos ficar satisfeitos. O problema é que não raro alguma coisa atravessa o caminho e a entrevista não é completamente tratada. Nesses casos, e também nos casos em que não foram previstos os gastos com a passagem da entrevista para a forma escrita, optamos por liberá-la em áudio ou em audiovisual, desde que o entrevistado não tenha feito objeção a essa forma de liberação. Elaboramos seu sumário e indexamos os assuntos, gerando em seguida também o relatório de liberação da entrevista. Neste caso, a entrevista liberada terá folha de rosto (com normas de

citação do áudio ou do vídeo), ficha técnica e sumário, mas não terá, evidentemente, o texto transcrito.

As informações cadastradas na base de dados permitem uma série de consultas internas (por exemplo: quais entrevistas foram realizadas pelo entrevistador Fulano entre os anos tais e tais?) e também externas, via Portal do CPDOC. Como a base está ligada ao Portal, no momento em que assinalamos que a entrevista está liberada, suas informações já podem ser acessadas via Internet. Possibilitamos dois tipos de consulta: por entrevistado e por tema. Nos dois casos, o internauta chega à janela de informações sobre a entrevista, que contém todos os dados de um catálogo de depoimentos: título da entrevista, contexto em que foi realizada e informações sobre o projeto, forma de consulta, tipo de entrevista, nomes dos entrevistadores, data, local, duração, dados biográficos do entrevistado (data e local de nascimento, formação, atividades profissionais), responsáveis pelas diversas etapas do processamento (levantamento de dados e roteiro, conferência de fidelidade, sumário, copidesque, técnico de som), temas da entrevista e sumário.

Há casos em que a entrevista é transformada em livro, o que significa que o texto transcrito e conferido passa por uma verdadeira edição, que não modifica as palavras do entrevistado, mas altera a ordem dos assuntos e elimina trechos repetidos. Muitas vezes as entrevistas publicadas em livro não são disponibilizadas para consulta de outra forma, e isso fica registrado na base e no Portal.

Do que foi dito até o momento já é possível concluir que existem três modalidades de consulta às entrevistas do acervo do PHO: em texto, em áudio e em audiovisual. A primeira modalidade, por sua vez, tem ainda três “submodalidades”: o texto em arquivo digital, disponibilizado no Portal do CPDOC para *download*, o texto editado publicado em livro e, finalmente, o texto datilografado (caso das entrevistas mais antigas do PHO), que não está disponibilizado no Portal, mas pode ser solicitado em cópia xerox.

As entrevistas abertas em áudio e audiovisual só podem ser consultadas no CPDOC. De um lado, porque ainda não procedemos à sua conversão para o formato digital e, de outro, porque, mesmo se já as tivéssemos em mp3, por exemplo, ainda não temos claro se convém divulgar na Internet ou mesmo ceder cópias em CD contendo as gravações na íntegra.

Uma entrevista pode ser consultada simultaneamente nas formas de texto e de áudio ou audiovisual. Algumas vezes, contudo, o entrevistado só cede o texto revisto e aprovado por ele, e veda o acesso à gravação. Essas restrições são registradas na base de dados e na entrevista aberta à consulta, para que sejam efetivamente respeitadas.

E quanto à tecnologia de gravação? Aos poucos, estamos adotando novos procedimentos e abandonando a gravação em fita magnética analógica. Quando a entrevista é feita nas dependências do CPDOC, a gravação tem sido feita diretamente em disco rígido no formato wave (não comprimido) e, em seguida, duplicada em CD nos formatos wave e áudio. Para cada hora ou fração grava-se um CD em cada um dos formatos. Mantemos o mesmo princípio que tem norteado nossas atividades desde a implantação do programa: nunca gravar entrevistas diferentes em uma mesma mídia. Se, por exemplo, em um CD ficarem apenas os últimos 10 minutos de uma entrevista, o espaço restante fica livre. As entrevistas realizadas fora do CPDOC estão sendo gravadas em minidisc e, em seguida, copiadas igualmente para dois formatos em CD: wave e áudio.

Quanto às gravações em audiovisual, estamos utilizando uma câmera de vídeo digital, e o resultado é copiado em dois formatos, dessa vez em DVD: um formato não comprimido (avi) e outro comprimido (mpeg2). No primeiro formato, cada hora de vídeo gera três DVDs, e no segundo, cada hora pode ser gravada em um único DVD.

Quando a entrevista deve ser transcrita, ainda fazemos uma cópia do áudio em fita cassete, pois o gravador cassete permite voltar trechos muito curtos da fita – recurso indispensável para uma boa transcrição. Em CD, isso exigiria que os transcritores tivessem programas especiais em seus computadores (como o CD Architect, por exemplo), que permitem a divisão do arquivo sonoro em faixas de alguns segundos. O tocador de CD comum nem sempre permite que se volte brevemente a gravação para ouvir melhor o que foi dito.

O tratamento como resultado de práticas cotidianas e reflexões teóricas

As decisões relativas à gestão do acervo de história oral do CPDOC, aí incluídos os padrões de liberação dos documentos à consulta, foram sendo ajustadas às necessidades que se apresentaram ao longo dos 30 anos de existência do PHO. Pelo menos até o início da década de 1990, não se cogitava de liberar as entrevistas para consulta apenas em áudio ou em audiovisual. A decisão foi tomada em função do enorme acúmulo de tarefas no processo de passagem das entrevistas da forma oral para a escrita. Aos poucos, foram sendo definidas as normas para esse tipo de liberação e hoje já temos boa parte do acervo aberto em áudio e audiovisual (cerca de 30%). As modificações na própria constituição do acervo também determinaram a padronização do relatório de entrevista, preenchido pelos entrevistadores-pesquisadores. E o desenvolvimento da base de dados – a definição das subtabelas, dos

campos, das consultas e dos relatórios – seguiu de perto a prática e as necessidades do Centro. Nesse sentido, aquilo que hoje serve como padrão de nossos procedimentos é fruto, em grande parte, do ajuste cotidiano às novas realidades do trabalho com a história oral no CPDOC.

Ao mesmo tempo, procuramos respeitar a especificidade dessa metodologia e da fonte que dela resulta, em conformidade com as discussões de que participamos em fóruns nacionais e internacionais – nas áreas de história oral e de arquivos sonoros e audiovisuais, especialmente. Entretanto, muitas vezes as questões metodológicas tratadas nesses fóruns passam longe dos aspectos técnicos envolvidos na preservação e no acesso a entrevistas de história oral. São comuns os debates sobre a relação com o entrevistado e a construção da memória e da narrativa, por exemplo, e raras as discussões sobre os cuidados com o tratamento do acervo, que garantam sua longevidade e permitam uma consulta adequada das fontes produzidas.⁷

Sabemos que toda fonte histórica deve ser vista como um “documento-monumento”, conforme definido por Jacques Le Goff: longe de ser um resíduo imparcial e objetivo do passado, o documento é carregado de intencionalidade; sua produção e sua preservação resultam das relações de força que existiram e existem nas sociedades que o produziram. Cabe ao historiador, diz Le Goff, “desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos” – isso é condição inicial para toda boa análise de fontes históricas.⁸

Ora, no caso da entrevista de história oral, a intencionalidade do documento já é dada de saída, quando da própria escolha do entrevistado como pessoa importante a ser ouvida a respeito do assunto estudado. E ela se prolonga por todas as etapas de realização e tratamento da entrevista, transformada em documento de um acervo, aberta à consulta de pesquisadores. Por isso, é muito importante que o público conte com uma série de informações a respeito das condições de produção e de tratamento do material que está consultando: quais os objetivos da entrevista e em que projeto está inserida?, que instituição é responsável pela entrevista?, há instituição financiadora?, quem fez a entrevista?, havia outras pessoas, cuja presença possa ter influenciado o curso da narrativa?, houve circunstâncias importantes que possam incidir sobre a análise do que foi gravado?, qual a data, o local e a duração?, como foi feita a gravação? E assim por diante. Algumas informações fazem parte da apresentação da entrevista (a folha de

⁷ Tive oportunidade de levantar essa questão no XI Congresso Internacional de História Oral, realizado em 2000, em Istambul. Ver Alberti, 2000.

⁸ Le Goff, 1994.

rosto e a ficha técnica). Outras são dadas em nota, no momento em que é preciso esclarecer trechos da entrevista. Enfim, as informações são metadados (além dos dados da própria entrevista) que esclarecem a “monumentalização” daquela fonte, nos termos de Le Goff.

A Associação dos Arquivistas Norte-americanos estabeleceu, em um guia de 1995, que as seguintes informações são fundamentais na catalogação de entrevistas de história oral: nome do entrevistado, data, quantidade (de fitas, por exemplo) ou duração, nome do entrevistador, resumo do conteúdo, da natureza e do escopo da entrevista, restrições ao acesso (se houver) e nome do projeto ou coleção (se houver). Outras informações que podem ser acrescentadas às primeiras são: formato físico (gravação sonora, gravação em vídeo, transcrição), informações biográficas do entrevistado, nomes de pessoas presentes, financiadores, circunstâncias da entrevista, sumário, doadores (se houver), restrições de uso e reprodução, materiais suplementares e registro de que a entrevista foi revista pelo entrevistado (se for o caso).⁹ Observe-se que todas essas recomendações fazem sentido porque estamos tratando de um documento muito específico, em cuja produção e preservação estão envolvidas muitas variáveis.

No CPDOC, além dos dados indispensáveis à análise da entrevista, fornecemos, quando é o caso, indicações de análises já realizadas. Insiste-se muitas vezes que o trabalho com a história oral não deve se limitar à produção da entrevista. É preciso analisá-la à luz de outras fontes – orais, textuais, iconográficas etc. Na gestão de um acervo de história oral, convém sempre atualizar as informações sobre tais análises, acrescentando à ficha técnica do depoimento as referências aos artigos, livros ou outras produções resultantes do trabalho com aquela fonte.

Questão final

Não há dúvida de que o tratamento de acervos de história oral é muito importante para sua preservação e correta socialização. Também não há dúvida de que os programas e centros de pesquisa que trabalham com essa metodologia precisam realmente cuidar de seus acervos. Não se começa nada com gravações não identificadas e jogadas no canto de uma sala, por exemplo. Gravar entrevistas pode ser muito gratificante, mas o pesquisador não pode se contentar com essa etapa. O trabalho com a história oral envolve um “antes”, um “durante” e um “depois” da realização da entrevista, todos muito importantes para o resultado a ser alcançado. De nada adianta também um acervo “mudo” – ou seja, cujo conteúdo é

⁹ Matters, 1995.

desconhecido e não recuperável. É preciso elaborar instrumentos de auxílio à consulta e indexar as entrevistas. E desenvolver ferramentas eficazes de busca. Tudo isso é muito dispendioso, sabemos.

E se, mesmo com todos os cuidados devidamente tomados, o acervo for subutilizado? Será que todos os projetos de história oral e todas as entrevistas gravadas são realmente importantes para o estudo do passado e do presente? Para evitar esse tipo de dúvida, é necessário ter muito claro o objetivo da pesquisa e a pertinência das entrevistas, antes de começar a gravá-las. Um projeto bem estruturado ajuda a manter as diretrizes da pesquisa até o final, e isso se aplica também ao cuidado com o acervo produzido.

No CPDOC temos uma inquietação: fazer com que o acervo seja mais explorado, em seus variados aspectos – não só no que diz respeito à história política, mas aos modos de vida e costumes, à linguagem, aos temas característicos de gerações ou grupos profissionais etc. Quantas informações riquíssimas estão escondidas nessas quase cinco mil horas de histórias gravadas! Mesmo que possam ser recuperadas pelos instrumentos de auxílio à consulta, muitas vezes não são sequer procuradas. Como fazer com que essa riqueza ajude a ampliar o conhecimento sobre nossa realidade? Este é um desafio para o gestor de um acervo de história oral, e possivelmente de todo acervo histórico.

Referências bibliográficas

Alberti, Verena – 1998 - *O acervo de história oral do CPDOC: trajetória de sua constituição*.

Rio de Janeiro: CPDOC, 1998. 18f (disponível para *download* em www.cpdoc.fgv.br).

_____ – 2000 – “How to deal with sound archives? Dilemmas on the technical preservation or oral history interviews.” In: INTERNATIONAL ORAL HISTORY CONFERENCE (11.:2000:Istanbul, Turkey). *XI International Oral History Conference*. Istanbul, Turkey: International Oral History Association in collaboration with the Department of History at Bogazici University , 2000. v.1.p.1-8 (disponível para *download* em www.cpdoc.fgv.br).

_____ – 2004 – *Manual de história oral*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getulio Vargas.

_____ – 2005 - “Histórias dentro da história.” In: Pinsky, Carla (org.) *Fontes históricas*. São Paulo, Contexto, 2005, p.155-202.

- Ferreira, Marieta de Moraes – 1996 – “História oral e tempo presente.”, in: Meihy, José Carlos Sebe (org.). *(Re)introduzindo a história oral no Brasil*. São Paulo, Xamã, p. 11-21.
- Le Goff, Jacques – 1984 – “Documento/monumento”. *Enciclopédia Einaudi*. v. 1: Memória – História. s/l (Portugal), Imprensa Nacional – Casa da Moeda, p.95-106.
- Matters, Marion E. – 1995 – *Oral History Cataloging Manual*. Chicago, Illinois, The Society of American Archivists.